

O Brasil que precisamos: um projeto de nação

A emergência brasileira é a vacinação contra a Covid-19 para todos e proteção social e econômica para quem necessita. É essencial a geração de empregos e proteção da economia com desenvolvimento.

I - Análise de conjuntura econômica e social

Internacionalmente, o capitalismo encontra-se em uma fase cujo pilar de sustentação da economia está na acumulação de natureza improdutiva, o que vale dizer que o grosso do capital que movimenta o mercado se reproduz na esfera financeira. Tal fase representa o neoliberalismo e tem como principais características a apropriação, pelo sistema financeiro e pelos grandes oligopólios, da quase totalidade da riqueza produzida pela sociedade e com a captura do Estado para assegurar-se. O exemplo atual é o crescimento das fortunas dos bilionários em plena pandemia.

Segundo a OXFAM (Comitê de Oxford para Alívio da Fome), 5% dos humanos controlam 95% da riqueza e da renda do planeta e, seis brasileiros têm uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres do país.

Para maximizar a acumulação, esse modelo econômico desmonta os direitos conquistados a duras penas pelos trabalhadores em todo mundo.

No Brasil não é diferente. Com uma economia dependente dos países desenvolvidos e destinado, pela estrutura do capitalismo mundial, a ser fornecedor de matérias primárias (grãos, carnes, minério de ferro e outros minérios, além de petróleo bruto), o Brasil não atingiu o modelo de bem-estar social conferido aos países desenvolvidos, principalmente no período do pós-guerra até início dos anos 1980, e nem alcançará esse patamar, permanecendo neste modelo de desenvolvimento ancorado no subdesenvolvimento, considerado modernidade para alguns.

Os trabalhadores brasileiros convivem com a superexploração de sua mão de obra já há muito tempo e, agora, com o neoliberalismo, grande parcela destes constitui uma verdadeira legião de excluídos do sistema,

em virtude das reformas empreendidas, especialmente nos governos Temer e Bolsonaro.

Estas reformas, Trabalhista e Previdenciária, confiscaram a maioria dos direitos sociais garantidos aos trabalhadores brasileiros - tão recentemente conquistados durante o século XX -, em favor da parcela 1% mais rica da população, justificando-se com discursos falaciosos, dentre outros, de que há necessidade de cortes para assegurar o "equilíbrio das contas públicas".

Este austericídio, ou seja, a política de priorizar a austeridade fiscal em detrimento dos interesses sociais está presente nos últimos governos brasileiros e em vários países da América Latina. O falso argumento do "país quebrado" - pois não se aplica a dívida em moeda soberana - fundamenta a realização das recentes reformas, cujo efeito prático é unicamente colocar o orçamento estatal a serviço dos banqueiros e rentistas, através do pagamento dos serviços da dívida pública, tirando direitos da população em geral e reduzindo o crescimento enquanto continua a gerar os "rombos orçamentários" que promete combater.

A política econômica brasileira segue voltada para atender aos ganhos do setor financeiro e daqueles que vivem de "rendas". Somos caso único de constitucionalização da priorização integral do setor financeiro, nos termos da Emenda Constitucional 95, de 2016.

Exemplo da economia voltada aos grandes interesses financeiros é a Emenda Constitucional 40/2003 que suprimiu a regulamentação dos máximos de juros em 12% ao ano, permitindo que as taxas de juros chegassem a patamares extraordinários como os verificados anualmente em 2020¹: o crédito pessoal não consignado representou 85,35% de juros; cheque especial 119,59%; e absurdos 329,30% ao ano, no rotativo dos cartões de crédito.¹

Esses índices astronômicos de juros sobre a renda da sociedade retiram riquezas da economia e comprometem a sobrevivência das famílias. Por conseguinte, os juros altos geram a falta de investimentos produtivos, desemprego, falência e a miséria generalizada.

Os investimentos na produção deixam de ser realizados quando o empresário compara os ganhos no mercado financeiro com os rendimentos da produção. Mais rentáveis, as valorizações dos títulos

1 FONTE: Banco Central

financeiros sugam o capital que, se aplicado no círculo da produção, geraria emprego e renda.

Os juros asfixiam as rendas das famílias brasileiras que, endividadas ao limite, não consomem, enfraquecendo o mercado interno, um dos principais motores da economia brasileira. Sem consumo e sem investimento produtivo, a economia fica travada.

Para além dos juros criminosos praticados, que só enriquecem os banqueiros, e dos pagamentos infundáveis da dívida pública, o governo federal ataca na redução dos benefícios sociais, a fim de garantir superávits primários para o pagamento dos serviços da dívida. Para tanto, o governo Temer lançou a Emenda Constitucional 95 de 2016, impondo um teto de gastos nas áreas da saúde, educação, segurança pública, pesquisa e tecnologia, além de infraestrutura, com o propósito de cortar “gastos” públicos e assim garantir maiores quantias ao pagamento da dívida pública. Ressalte-se que esta Emenda Constitucional não impõe limite ao pagamento dos juros da dívida.

Cabe aqui explicar que a dívida pública nunca foi auditada e um grande montante dela não tem contrapartida para a sociedade, ou seja, não foi adquirida em troca de infraestrutura: estradas, hospitais ou melhoria do ensino. Há indícios de transações ilegais e fraudes, de absorção de dívida de empresas privadas, de privatizações e de operações lesivas ao patrimônio público.

Para além dos textos constitucionais citados, que favorecem os bancos e retiram verbas das áreas sociais, ainda contamos com as práticas do Banco Central de comprar sobras de caixa dos bancos, retirando a liquidez do mercado e promovendo a valorização do dinheiro, leia-se a manutenção das altas taxas de juros.

A economia funciona em favor do sistema financeiro. O início da pandemia no Brasil foi marcado pela destinação de R\$ 1,2 trilhão para os bancos sob a alegação da necessidade de financiar a liquidez do mercado e, assim, estimular os empréstimos produtivos. Porém, nenhum investimento de grande vulto foi verificado a partir desse trilhão. O próprio Ministro da Economia, Paulo Guedes, em depoimento ao Congresso Nacional disse que “os bancos empoçaram o dinheiro”.

E, ainda assim, receberam de presente a autonomia do Banco Central.

O travamento da economia tem origem na concentração de renda. Basicamente são os pobres e a classe média que pagam impostos, os indiretos (das mercadorias de consumo) e os diretos (o IRPF). As grandes fortunas são isentas de impostos, assim como são isentos do IPVA os iates e as aeronaves particulares. Os grandes latifúndios pagam alíquotas de ITR (Imposto Territorial Rural) insignificantes e o capital enviado ao exterior, aos paraísos fiscais, sai como evasão de divisas, ou seja, sem pagar impostos. Um montante de quase 520 bilhões de dólares, do estoque acumulado, está depositado em paraísos fiscais no exterior resultante de capital brasileiro.²

Assim, o Brasil, mantém a festa da concentração criminosa de renda e se constitui num modelo planetário da mais pura agiotagem.

O investimento produtivo - leia-se a indústria - depende quase que exclusivamente do mercado interno, na medida em que 85% dos produtos industriais são vendidos internamente. Com a renda das famílias comprometidas basicamente com a aquisição de produtos de primeira necessidade - e por vezes nem para isso - e com o endividamento, sem contar as altas taxas de desemprego e subemprego, o consumo encolhe, levando a economia à estagnação.

Tal estagnação proporciona a queda brutal de arrecadação do Estado, retirando desse a capacidade de cumprir seu papel como importante indutor de investimentos produtivos e, por conseguinte, do desenvolvimento. Os investimentos estatais são outro motor importante da economia brasileira que, ausentes, comprometem a retomada econômica.

O agronegócio brasileiro caracteriza-se por manter o papel de país exportador de produtos primários no mercado internacional e para enriquecer dos donos do agronegócio, determinando grave concentração do acesso à terra. É responsável por um número pequeno de empregos, representando 22% do PIB. Favorecer o agronegócio, como o governo federal tem feito no Brasil, não dinamiza a economia. Já o produtor rural vive numa espécie de "sanduíche", com multinacionais controlando máquinas, implementos, sementes, adubos e venenos de um lado e, de outro, comprando e vendendo as safras no mercado internacional.

A necessidade de alimentação das famílias determina a formulação de um programa de segurança alimentar e a formação de reservas suficientes

² O Capitalismo se Desloca. Ladislau Dowbor.

para impedir transferência de produtos para fora do País em prejuízo do abastecimento e para a regulação de preços. É obrigação das autoridades nacionais impedir a venda indiscriminada, que obrigará ato seguinte, compras por preços internacionalizados. É imprescindível a agregação de valor nos produtos primários para fortalecer a indústria nacional.

O montante do endividamento das famílias somado ao das pequenas e médias empresas chega ao patamar de 3,1 trilhões de reais, ou seja, quase 50% do PIB brasileiro. São três trilhões que deixam de circular em consumo e investimentos e que poderiam tirar a economia da mais grave recessão já vista na história do país.

Em resumo, a política de favorecimento dos bancos asfixia a economia e provoca uma crise sistêmica desse modelo de produção. Sem controle estatal do setor financeiro, colocando-o a serviço do país e do povo, não haverá superação do subdesenvolvimento e, portanto, não haverá desenvolvimento.

II - O cenário social e a pandemia

O cenário da economia brasileira, somada à manipulação das mentes pelos meios de comunicação, faz com que naturalizemos a mega exploração, os altos índices de desemprego e subemprego, as moradias precárias (favelas), a ausência de infraestrutura, de saneamento básico, de educação de qualidade, de saúde pública, a violência institucionalizada, entre outras tantas questões.

Conforme vimos, a recessão possui outras causas. A pandemia da Covid-19, usada como desculpa, apenas agravou o que já se delineava pelo avanço da estrutura capitalista mundial e pelo modelo submisso e periférico do capitalismo brasileiro.

A grave crise do novo coronavírus expressou o modelo de sociedade que o Brasil construiu. As insuficiências civilizatórias tornam-se evidentes ou difíceis de serem ocultadas. Mesmo assim, a propaganda do governo insiste em uma falaciosa austeridade fiscal, deixando a população desamparada.

Existe uma dívida histórica a ser resgatada com os negros escravizados. Libertados, não receberam qualquer reparação, tampouco se gerou políticas públicas de proteção e emancipação social para esse enorme

contingente de brasileiros na formação da nacionalidade. Somos uma sociedade carregada de preconceitos e de racismo. O racismo no Brasil é estrutural: está entranhado nos mecanismos de funcionamento da sociedade.

As mulheres, historicamente, suportam o maior peso na construção da civilidade, atribuindo-se a elas um papel secundário na vida nacional e no trabalho. A grave pandemia, produzida pela Covid-19, ampliou carga de trabalho das mulheres que têm que suportar dupla ou até tripla jornada de trabalho, ficando sob suas responsabilidades a renda da família, o cuidado com filhos, casa e cuidados com os idosos. Verifica-se na crise sanitária, um grave aumento da violência doméstica contra as mulheres. O feminicídio e a violência física e psicológica são uma epidemia dentro da pandemia.

Os “grandes males” da sociedade, assim tenta dizer a oficialidade e repetem os grandes meios de comunicação, são os servidores e os serviços públicos, sendo comum o ataque direto ao Estado. Todavia, temos visto outra coisa nesses momentos de grave crise sanitária: os serviços públicos, sobretudo os da área da saúde, especialmente o SUS, foram os que deram – e seguem oferecendo – alguma segurança de vida à população.

No mundo todo – e no Brasil – o Estado Nacional renasceu para atender às urgências do povo nesse momento de grave crise sanitária/humanitária.

Há extrema necessidade de planejamento do governo para superação da crise em que vivemos e que viabilize ações efetivas do Estado na garantia da dignidade humana do povo brasileiro.

Iniciativas contra nossa dignidade e contra a civilização atuam de forma conjunta e com cobertura total pelas mídias, de forma que para denunciá-las e combatê-las, devemos também atuar de forma conjunta, com a devida consciência de nosso papel de trabalhadores do serviço público e de Dirigentes Sindicais.

Viver com dignidade, com acesso à moradia, emprego e renda, segurança, saúde e educação públicas, gratuitas e de qualidade é o que devemos exigir. O Brasil para os brasileiros e não para um pequeno grupo de especuladores financeiros.

Para que o país dê uma resposta à altura, devemos compreender o que se passa em nossa realidade para que não sejamos presas de ideologias contrárias aos nossos interesses e contrárias à construção de uma nação autônoma e desenvolvida.

III - Cenário político e os desafios

“É o dinheiro que controla o processo democrático, não as pessoas”.³

Esta frase é representativa das denúncias do recente processo de compra inescrupulosa de votos, mediante liberação de emendas parlamentares (da ordem de R\$ 3,5 bilhões) para eleger, com interferência do Poder Executivo, o Presidente da Câmara de Deputados e o Presidente do Senado.

De todo modo, não se trata de novidade. Em 1998, foi amplamente noticiado nas mídias que o então presidente Fernando Henrique Cardoso havia comprado votos para aprovar a alteração da Constituição, permitindo a reeleição.

A democracia brasileira é um caso clássico de fragilidade e de suscetibilidade ao poder econômico e à constante pressão militar.

Na história do Brasil, como em toda a América Latina, toda vez que um governo se determina a implantar políticas de interesse da população, é sacado do poder à força. Foi assim com as forças imperialistas que levaram Getúlio Vargas ao suicídio e as grandes ameaças contra Juscelino Kubitschek. Posteriormente, veio o golpe civil/militar de 1964, em que havia associação das elites nacionais com os interesses internacionais para brechar a tentativa de aprovação de reformas de base de João Goulart. Em 2016, foi a vez do golpe parlamentar, manipulado por forças externas a serviço do capital financeiro, apoiado por amplos setores da mídia e contando com o beneplácito do poder judiciário, contra Dilma Rousseff.

A questão militar é sempre um componente presente na vida nacional. Não há possibilidade de rompimento com o subdesenvolvimento sem a afirmação dos interesses soberanos do País. Para tanto, é indispensável ao país a formação de forças nacionais de segurança treinadas e qualificadas, com consciência do papel de defesa dos interesses nacionais

³ A loucura da razão econômica: Marx e a economia do século XXI. David Harvey.

e populares, e com um olhar para a geopolítica e outro para o desenvolvimento da ciência e tecnologia e da capacidade industrial e de defesa do próprio País.

Diferentemente dos países desenvolvidos que possuem democracias sólidas e perenes, o Brasil não consegue amadurecer sua democracia. As causas principais da instabilidade institucional são as características imediatistas de sua classe economicamente dominante e o subdesenvolvimento, que tem como subproduto a brutal distorção na acumulação da riqueza e da renda. Darcy Ribeiro, escritor, educador e político, ensina que na democracia crescem as reivindicações do povo - historicamente desatendidas - e, a elite amedrontada grita "ordem, ordem"⁴ - urge que se faça reforma do sistema judicial, a fim de modificar a composição do CNJ e do CNMP conferindo-lhes um caráter menos corporativo.

Por que isto acontece?

Desde o período da República Velha, a elite econômica brasileira atua no sentido de garantir seus ganhos imediatos, sem pensar no desenvolvimento sustentável de mais longo prazo. Mais de 300 anos de escravização desestimulam pensar no bem-estar de sua população. Nessas condições, como considerar importante a formação de um mercado interno se as populações negras e indígenas eram "peças" que podiam ser compradas e vendidas, com registro de resultados na contabilidade, ou seja, sem renda para constituir a demanda? Como tratar de cidadania?

Outra razão diz respeito ao papel desempenhado pela grande mídia (revista, jornal, rádio, televisão, que são concessões públicas) que tem sido o de defender os interesses dos oligopólios porque é parte integrante deles. Disso resulta uma mídia que jamais se pautou pela ética e pelo profissionalismo, razão pela qual há que pugnar pela regulação dos meios de comunicação, controlados por conglomerados econômicos e/ou financeiros.

Agrega-se a esse cenário, a cultura baseada no escravismo, em que as diferenças de classes e a mega exploração têm sido naturalizadas e é bastante comum verificar comportamentos de subalternidade, sem questionamentos.

4 O Povo Brasileiro. Darcy Ribeiro.

As medidas implantadas no Brasil e a disputa da consciência nacional para viabilizar as políticas neoliberais, causaram tamanha confusão ideológica que a população não acredita mais nas instituições políticas existentes. O descrédito produz, como consequência, a aparição de um aventureiro que se apresenta com um discurso fácil e falacioso de mudanças, de ser “diferente de tudo o que aí está”. O povo se ilude e quer acreditar nesse “Messias”, sem ter o discernimento de que tal impostura é superficial e que, na essência, estão as políticas de demolição, por completo, do bem-estar social, do papel social do Estado e do serviço público e a adoção da política de terra arrasada, em que tudo vira mercadoria.

Uma sociedade dividida e as relações sociais pautadas pelo ódio e pela intolerância, essa tem sido a tônica do cenário brasileiro, desde sempre, aprofundada a partir de 2016.

O centro dos debates da sociedade se descola da necessidade de políticas sociais públicas e do avanço da ciência e do conhecimento para o discurso moral/religioso, bem parecido com o da idade pré-iluminista.

Os partidos políticos progressistas, a quem caberia propor um modelo alternativo de sociedade – em que a participação de todos fosse o motor das políticas públicas, em que a saúde, a ciência, o conhecimento e o bem-estar estejam no centro das medidas governamentais –, ficaram atordoados com o uso de ferramentas digitais que propagavam as chamadas *fake news* e outros motes de manipulação que se constituem de palavras e frases prontas e simplórias, facilmente assimiladas pelo imaginário popular. Por isso, há que se pugnar pela regulação das Big Techs, maior fonte de *fake news*, corporações estas que estão sob o controle de bilionários, de visão direitista ou neoliberal, os quais definem o alcance/repercussão das notícias.

É competência dos setores progressistas retornar o debate para o ambiente da construção de um sistema produtivo que não haja tamanha desigualdade e em que as relações sociais se tornem sadias e instrutivas.

É nosso papel, como servidores públicos, acender na população a consciência da necessidade de retomarmos o desenvolvimento nacional de forma autônoma e independente, com um Estado forte, social e indutor de investimentos. Os interesses das forças internacionais, com aliança de grande parte dos brasileiros, atuam pesadamente sobre o país.

Como dizia Álvaro Borges Vieira Pinto:

Não é possível levar a comunidade a uma radical transmutação do seu estado consciente, se essa transformação não tiver lugar no espírito das massas populares. A ideologia do desenvolvimento jamais passará de formulação teórica, inoperante objetivamente, se for apenas plano e sonho de minorias esclarecidas. Se não encontrar eco no espírito do povo, se não penetrar a consciência das massas e não se afirmar como projeto vital coletivo, não será capaz de cumprir o seu efeito histórico, não renovará a face da nação.⁵

Em vista disto, devemos aprender e usar todos os meios possíveis ao nosso alcance, como elaboração de debates, *lives*, seminários e manifestações públicas, a fim de contribuirmos para a conscientização da grande maioria dos servidores e da população sobre esse cenário de favorecimento de uma classe, por um lado, e a expropriação de riquezas e de retirada de direitos, por outro.

Precisamos atuar por meio de todas as ferramentas disponíveis de comunicação, inclusive das redes sociais, no sentido de buscar a consciência política, e contribuirmos com o pensamento crítico e transformador da sociedade.

Precisamos disputar as mentes com o grande capital que coloca a população como mero suporte de sua ganância.

A PÚBLICA entende como essencial a defesa do meio ambiente. Diante de ameaças à vida e à sustentabilidade do planeta, é imperioso o desenvolvimento de políticas de redução de agressões contra as florestas e os rios. A água e o ar são bens comuns universais. É possível produzir sem comprometer o meio ambiente, superar o uso do carvão e do petróleo como elementos importantes na geração de energia. O Brasil tem capacidade de desenvolvimento de energias limpas e renováveis.

Primeiramente, é fundamental lutarmos pela vacina para todos os brasileiros, a fim de garantir a saúde da população, e por proteção social e econômica. Posteriormente, devemos ocupar as ruas com manifestações para impedir o desmonte do Estado Nacional, sempre esclarecendo de que lado estão as forças economicamente dominantes e de que lado estão os trabalhadores.

5 PINTO, Álvaro Vieira. Consciência e Realidade Nacional. A consciência ingênua, v. 1. Rio de Janeiro: ISEB, 1960, p. 46

A tarefa da PÚBLICA – Central do Servidor é ajudar a reconstruir o Brasil.

IV - Um novo Brasil é preciso: superar a miséria e garantir fartura para todos!

Temos o dever de contribuir para libertação dos brasileiros e a emancipação da nação, essa nação que tanta riqueza produz, mas que não está voltada para a sua população e sim para contemplar a ganância de poucos.

Um Brasil para os brasileiros com moradia, saúde, educação e segurança decentes para sua população. Resgatar a dignidade humana para os brasileiros, por meio de uma adequada distribuição de renda e serviço público de qualidade e gratuito para todos, e defender a Constituição de 1988.

V - Pauta de Lutas da PÚBLICA - Central do Servidor

1. Empunhar a bandeira da vacina para todos os brasileiros. Lutar pela saúde é primordial e prioritária. Sem saúde não haverá vida e, sem vida, nenhuma outra luta será possível;
2. Denunciar constantemente o Governo Bolsonaro e qualquer autoridade nas três esferas que atuem como inimigos do combate à pandemia;
3. Defender o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS);
4. Lutar pela garantia da autonomia dos Poderes, como definição estrutural da democracia nacional;
5. Lutar contra a Reforma Administrativa, que vem para desconstruir o Estado. Determinar-se a duro combate contra a PEC 32/2020, que desestrutura o Estado Nacional;
6. Lutar pela independência e autonomia dos servidores, para que não fiquem à disposição dos interesses do governante de plantão e para garantir a transparência da política pública;

7. Lutar pela carreira dos servidores, para que possam exercer com dignidade suas funções, oferecendo um serviço público de qualidade para a população.
8. Lutar pelo desenvolvimento sustentável da economia brasileira com preservação do meio ambiente;
9. Lutar contra a precarização e terceirização do trabalho;
10. Lutar por políticas de fortalecimento e representação sindical como meio de negociação coletiva;
11. Lutar em favor da participação direta das representações sindicais nos fóruns colegiados de formulação de políticas relativas ao mundo do trabalho;
12. Lutar em favor da revogação da Emenda Constitucional 95/2016, falsamente denominada de "teto de gastos", que limita o crescimento das despesas ligadas à vida por 20 anos, mas não estabelece limites para os gastos de natureza financeira (leia-se o pagamento da dívida pública);
13. Ampliar a luta pela taxação das grandes fortunas e heranças e pela atualização da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas;
14. Defender uma Reforma Tributária justa, solidária e sustentável;
15. Defender a criação de cargos efetivos, a abertura de concursos públicos para uma melhor prestação de serviço à comunidade, bem como a reposição compulsória dos quadros por motivos de aposentadoria, falecimento e exoneração;
16. Combater as propostas de Estado Mínimo;
17. Defender os direitos das minorias sociais e populações tradicionais;
18. Lutar pela igualdade de gênero, contra a misoginia, o racismo, a homofobia e qualquer comportamento de intolerância à diversidade;
19. Cobrar maiores investimentos em Ciência e Tecnologia, com fortalecimento das universidades públicas e centros de pesquisa avançada no Brasil;
20. Participar dos movimentos organizados de luta pela democracia e pela vida;

21. Trabalhar pela união de Centrais Sindicais, Confederações, Federações, Entidades Sindicais e Associativas, em defesa da sociedade, do serviço público gratuito de qualidade e dos servidores públicos;
22. Defender a Auditoria da Dívida Pública da União, dos Estados e Grandes Municípios, bem como defender a Educação Fiscal e o Controle Social sobre o Estado.
23. Promover, divulgar e participar do dia 24 de março como DIA DE LUTA E PARALISAÇÃO em todos os estados brasileiros, em preparação para futura GREVE GERAL.

PÚBLICA - Central do Servidor

20 de março de 2021